

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Governo brasileiro descartou aplicar sanções contra a Venezuela	2
Título: Cidade chinesa abriga 40 mil famílias de funcionários de gigante do carro elétrico	3
VEÍCULO: Correio Braziliense	5
Título: Botijão de gás dispara e vai a R\$ 80.....	5
Título: Brasiliense faz as contas e muda hábitos.....	6
Título: Análise da notícia Defasagem	7
VEÍCULO: O Globo	8
Título: Bom sinal.....	8
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	8
Título: Cemig tenta barrar leilão de hidrelétrica.....	8
Título: Hidrelétricas na Amazônia	9
Título: Encontro de Aécio com Temer causa crise no PSDB.....	12
VEÍCULO: Valor Econômico	13
Título: Petrobras pode receber até US\$ 15 bi por cessão onerosa, diz ex-ANP	13
Título: Destaques	14
Título: Chinesa posterga compra de Santo Antonio	15
Título: Com novo sócio e mais enxuta, Renova vislumbra nova fase	16
Título: AF Consult quer sair de Angra 3 e pede ressarcimento de R\$ 30 milhões	18
Título: Preço do minério atinge maior alta em quatro meses	20
Título: Clealco finaliza acordo para reestruturar dívida.....	21
Título: Conselho da Vale vai avaliar nova conversão de ações	22

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mundo****Autor: Patrícia Campos Mello****Título: Governo brasileiro descartou aplicar sanções contra a Venezuela**

O governo brasileiro chegou a aventar a aplicação de sanções à Venezuela, focadas em derivados do petróleo. O Brasil importou mais de US\$ 220 milhões em derivados de petróleo, mais de metade das importações brasileiras da Venezuela em 2016 (US\$ 415 milhões).

Mas a hipótese foi afastada, pelo entendimento que as sanções afetariam a população "reduzir a receita com derivados de petróleo resultaria em menos recursos para importação de alimentos.

De acordo com o FMI, o PIB da Venezuela encolherá 7,4% em 2017, completando quatro anos consecutivos de queda, e a inflação passará de 720%.

Os EUA vêm aplicando sanções contra integrantes do governo venezuelano; o próprio Maduro teve bens congelados. "Mas não vi resultado "acho que o objetivo das sanções é mais fazer com que os EUA pareçam durões", diz Michael Shifter, presidente do Diálogo Interamericano.

O presidente Donald Trump chegou a dizer que não descartaria uma ação militar na Venezuela, mas sua fala é vista como mais um dos arroubos retóricos do líder "além de ser contraproducente, pois pode fortalecer o antiamericanismo na região.

Agora, segundo Shifter, os EUA estão considerando seriamente cortar as importações de petróleo da Venezuela. Há forte oposição nos EUA à ideia, porque elevaria preços do petróleo e prejudicaria a população venezuelana. "Mas é a única coisa que realmente afetaria o regime; sanções individuais têm um efeito muito limitado."

FRONTEIRA

No Brasil, existe um plano para retirar os cerca de 30 mil brasileiros que vivem na Venezuela, em caso de colapso do regime. E, na segunda-feira (21), haverá uma reunião no Planalto, reunindo os ministros da Casa Civil, Justiça, Reações Exteriores, Trabalho, Desenvolvimento Social e a prefeita de Boa Vista, Teresa Surita, para discutir a situação dos venezuelanos no país e a possibilidade de uma grande onda de refugiados.

Para Matias Spektor, coordenador do Centro de Relações Internacionais da FGV, também seria necessário aumentar os contatos entre as forças armadas brasileiras e as venezuelanas, já que o exército venezuelano fará parte de qualquer que seja o próximo governo do país.

"É urgente que o Brasil faça algo, temos um país se transformando em um narco-estado em uma fronteira que não controlamos", afirma Spektor. (PCM)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Anna Virginia Balloussier

Título: Cidade chinesa abriga 40 mil famílias de funcionários de gigante do carro elétrico

BYD, diz a corporação chinesa que carrega esse nome, é um acrônimo para Build Your Dreams (construa seus sonhos). Entre investidores, a piada é que a sigla, na verdade, significa Build Your Dollars (construa seus dólares).

Contratado em 2016 como "embaixador global" dessa líder do setor de veículos elétricos, Leonardo DiCaprio estrela comercial feito na medida das ambições ocidentais dessa gigante -é a fabricante nº 1 de seu ramo, com fatia de 13% do mercado, mais de 100 mil automóveis produzidos no ano passado e projeção de faturar US\$ 22 bilhões em 2017.

O ator americano dirige por uma metrópole com arranha-céus a perder de vista, paisagem que faz Nova York parecer uma cidade do interior. Convida o espectador "para o futuro". E esse futuro encenado vem em mandarim, como o ideograma na placa do carro elétrico que DiCaprio guia.

O amanhã, para a BYD, não está apenas nas ruas de uma China que se moderniza com pé no acelerador. Está também no Brasil, visto como consumidor em potencial para produtos da companhia -sobretudo ônibus movidos a bateria elétrica, vendidos como energia "limpa e silenciosa".

Não à toa o prefeito de São Paulo, João Doria, ganhou no fim de julho um tour pela sede da BYD, onde assistiu à peça publicitária com DiCaprio.

Doria, que passou uma semana no país a convite do governo chinês, saiu de lá paparicado. Ganhou, como doação à capital paulista, quatro carros elétricos (R\$ 230 mil cada um), que pretende usar para a vigilância do centro e do parque do Ibirapuera. O que a BYD ganha com isso? A versão oficial, dada por Marcello Schneider, diretor institucional do braço brasileiro da BYD: apoiar "a sustentabilidade nas comunidades locais dos países onde estamos presentes".

Nos bastidores, a estratégia ganha um adendo: um afago no prefeito da maior cidade brasileira não machuca ninguém. São Paulo abrirá em breve licitação para renovar o contrato com empresas dos ônibus das linhas municipais. A BYD, com 410 funcionários nas duas fábricas que mantém em Campinas, não esconde seu afã em entrar na disputa.

O QG da empresa é uma cidade à parte dentro de Shenzhen, metrópole de 12 milhões de habitantes no sul chinês. Os funcionários vivem onde trabalham: abastecida com energia solar, a chamada BYD Village abriga 40 mil famílias de seus empregados -que ganham a posse do apartamento cedido a eles após dez anos de serviços prestados.

A corporação incentiva relacionamentos entre seus contratados e até dá "uma ajuda de custo para que os noivos [desde que os dois sejam funcionários] celebrem o matrimônio", segundo Schneider.

A minicidade corporativa tem escola, hospital, clube, monotrilho com 4,5 km de extensão e um morador ilustre: o presidente da BYD, que mora num dos condomínios.

Com fortuna estimada em US\$ 4,4 bilhões, Wang Chuan-fu, 51, é o 414º entre os 500 maiores bilionários do mundo no ranking da "Forbes".

Filho de fazendeiros pobres e órfão ainda na adolescência, ele criou a BYD 22 anos atrás. Naquele início, baterias para celular eram o filé da casa. Em 2003 veio o interesse por automóveis. Um modelo de Sedan da BYD, o F3, virou best-seller na China, à frente de concorrentes como Volkswagen e Toyota.

O executivo comanda um império de 230 mil funcionários. A fama global veio em 2008, após o megainvestidor Warren Buffett adquirir 10% das ações da BYD por US\$ 230 milhões. O valor multiplicou para US\$ 1 bilhão em dez meses.

Competidores argumentam que a BYD só voou tão longe por depender de subsídios do governo chinês a veículos elétricos. E agora a fonte secou, já que o país vem diminuindo o apoio ao setor. A empresa também não conseguiu entrar no mercado americano ainda.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Economia**Autor:** Flávia Maia**Título:** Botijão de gás dispara e vai a R\$ 80

A nova política de flutuação de preços do gás de cozinha imposta pela Petrobras preocupa revendedores locais e confunde consumidores. De acordo com os empresários, desde que o reajuste do produto passou a ser mensal, o valor disparou e as vendas caíram. Em três meses, o aumento acumulado soma 8,93% — foram duas variações positivas e uma negativa. A Associação Brasiliense de Empresas de Gás (Abragás) critica a mudança de precificação feita pela estatal, alegando que gera falências no setor e crescimento do comércio clandestino de botijões. A entidade estuda as medidas judiciais cabíveis. Enquanto isso, o consumidor já encontra unidades sendo vendidas a R\$ 80 no Distrito Federal.

Desde junho, a Petrobras passou a corrigir mensalmente o valor do Gás Liquefeito de Petróleo, o GLP-P13, conhecido como gás de cozinha ou doméstico todo dia 5 do mês. O preço final passou a levar em conta as cotações no mercado internacional. Até maio de 2017, a estatal adotava uma política que evitava o repasse da volatilidade do câmbio e das cotações internacionais no mercado interno. Por isso, geralmente, fazia-se uma correção anual. Na ocasião do anúncio da flutuação, o presidente da companhia, Pedro Parente, ressaltou que o gás não tinha uma política de comercialização definida e que, com a alteração, a Petrobras completava “o ciclo de definição de políticas para os produtos da companhia”.

Dificuldade

Acostumados a trabalhar com uma variação anual, os revendedores estão com dificuldades de se adequar à nova política de preços da estatal. A crítica é a de que a mudança foi muito repentina. O empresário Wellington Marques tem uma revenda no Cruzeiro e está no segmento há 20 anos. Ele conta que a mudança da Petrobras pegou os revendedores de surpresa. “Avisam um dia antes qual será o preço novo. Eu não tenho tempo nem de comunicar os consumidores. Quando o cliente chega, leva o susto. Por isso, poderiam, ao menos, informar o índice do repasse 10 dias antes”, sugere. Wellington explica que, por causa da regulação, ele não pode estocar mais que 480 vasilhames no depósito, o que o deixa somente com a quantidade que vai vender. “Com o estoque regulado, quando o preço muda, eu tenho que repassar ao consumidor imediatamente.”

Proprietária de revendas no Distrito Federal e no Entorno goiano, Veruska Moura contabiliza queda de 30% no volume de vendas desde a implementação da nova política de preços. “O consumidor não aceita esses repasses e as empresas

regularizadas não dão conta de segurar. Muita gente está fechando as portas. Não posso dar a minha palavra nas negociações. A gente está sendo massacrado”, comenta.

Para calcular o impacto da nova política da Petrobras, a Abrasgás está fazendo um levantamento de quantas empresas fecharam as portas por causa da flutuação de preços. “Tivemos mais revendas falindo em 90 dias do que nos últimos dois anos”, alerta Cyntia Moura Santo, diretora da Abrasgás. “Aliado a isso, estamos assistindo à proliferação do mercado clandestino: o revendedor não consegue manter custos fixos, aí fecha as portas e, para não ficar sem trabalho, vai pirangar na rua. Fora aqueles que vendem o botijão adulterado”.

Questionada sobre as críticas dos revendedores em relação à política de flutuação de preços, a Petrobras respondeu que só tem ingerência em 54% da composição do preço do botijão. “Sendo as distribuidoras e revendedoras livres para definirem as margens praticadas”, diz, em nota. Quanto ao aumento da comercialização clandestina, a estatal ressalta que a fiscalização é de competência da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Industrial

Os valores do GLP para uso comercial ou industrial (vendido a granel ou envasado em botijões de mais de 13kg) também passaram a ser reajustados de acordo com a flutuação no mercado internacional, o que significa que as alterações nos preços podem ser feitas a qualquer momento. O último reajuste, em vigência desde 16 de agosto, aumentou os preços de comercialização às distribuidoras do GLP em 7,2%. A flutuação dos valores, no entanto, suscita críticas entre revendedores e clientes.

Érica Vanessa Tenório, 37 anos, é dona de um restaurante no Cruzeiro e diz que passou a colocar os custos na ponta do lápis. “Diminuí o uso de água e passei a comprar artigos de limpeza mais baratos para contrabalançar os gastos”, relata. Para manter o self-service, ela consome até dois botijões por dia. “Uso gás na churrasqueira, no fogão e na chapa”, enumera. Érica conta que desembolsou R\$ 744 em junho. Para agosto, a empresária espera pagar, no mínimo, R\$ 800.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Lucas Vidigal

Título: Brasiliense faz as contas e muda hábitos

A alta no preço do gás se tornou mais um motivo de irritação para o brasiliense, que já anda incomodado com a disparada no preço da gasolina, em mais de R\$ 4

o litro desde a semana passada. A imprevisibilidade do custo do gás de cozinha leva o consumidor a repensar hábitos ou realocar gastos para não prejudicar uma das necessidades mais básicas do ser humano: cozinhar.

Por isso, trocar o botijão direto na distribuidora para evitar pagar os R\$ 10 ou R\$ 15 da taxa de entrega nem sempre vale a pena. O militar Lucas Mendes, 51 anos, dirige da Asa Norte, onde mora, até o Cruzeiro só para trocar as bilhas. Uma viagem que se tornou pouco útil depois da alta nos combustíveis. “Sempre achei o gás caro, o orçamento pouco mudou. Mas, agora, tenho que levar em conta o preço de abastecer o carro”.

A alta de preços prejudica também quem revende gás. “Em junho, conseguia vender 250 botijões num só dia. Mas, na sexta-feira passada, vendi apenas 130”, lamenta Paulo César Lima, 40 anos, gerente de distribuição. Segundo ele, a queda tende a se acentuar: a loja não repassou aos clientes o último aumento no valor do botijão.

Gangorra

A gangorra dos reajustes no gás de cozinha é que tem deixado comerciantes e consumidores com dificuldades de controlar os gastos e organizar o orçamento. Em junho, a Petrobras anunciou alta de 6,7% no gás doméstico. Em julho, houve uma queda de 4,5% e, em agosto, voltou a subir, desta vez, 6,9%. O aumento acumulado está em 8,93%.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Análise da notícia Defasagem

Durante os governos petistas, o preço dos combustíveis foi controlado pela Petrobras para segurar, artificialmente, os índices de inflação. Tal prática gerou prejuízos de US\$ 40 bilhões à petroleira por conta da defasagem entre o valor que pagava no mercado internacional e o preço pelo qual revendia no país. Ao assumir a estatal, Pedro Parente zerou essa perda e implementou avaliações mensais para reajustar os preços conforme a oscilação do barril de petróleo. Em junho, mudou a sistemática com base na variação diária da commodity e do câmbio. A nova política permite à Petrobras reajustar a gasolina, o diesel e também o gás de cozinha todos os dias.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Colunas****Autor: George Vidor****Título: Bom sinal**

A propósito, em Macaé, o parque industrial Bellavista, vizinho ao parque de tubos da Petrobras, deu partida à sua segunda fase. A área atual tem um milhão de metros quadrados ocupados por galpões industriais ou de empresas que prestam serviços às companhias petrolíferas. Nessa segunda fase, serão mais dois milhões de metros quadrados, já com licenciamento ambiental aprovado. Na primeira fase, as áreas e os galpões previamente construídos eram vendidos com facilidade. Agora, será preciso suar mais a camisa, devido ao ritmo do setor de óleo e gás, que está mais devagar. Mesmo assim, Leonardo Dias — cujo pai foi o lançador do empreendimento e ainda está à frente do negócio — está animado com as consultas de empresas dispostas a se mudar para Macaé, pois conseguirão reduzir muito os custos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Adriana Fernandes, Rafael Moraes e Moura Carla Araújo****Título: Cemig tenta barrar leilão de hidrelétrica**

Estatul mineira vai propor a abertura de uma câmara de conciliação com o governo federal

A Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) vai propor nas próximas horas a abertura de uma câmara de conciliação com o governo federal para tentar acordo sobre o controle das hidrelétricas Jaguará, São Simão e Miranda. Com a abertura oficial de conciliação, a estatal mineira espera conseguir o adiamento do julgamento, marcado para esta terça-feira no Supremo Tribunal Federal (STF), do recurso que apresentou pedindo a suspensão do leilão da usina de Jaguará.

A estatal corre contra o tempo para impedir o leilão, previsto para setembro. A briga judicial da Cemig com a União, envolvendo a concessão de quatro usinas, está no centro do debate sobre o cumprimento da meta fiscal desse ano. A equipe econômica incluiu nas contas de 2017 a previsão de arrecadar R\$ 11 bilhões com a venda das usinas e já avisou que não vai suspender o leilão para não correr o risco de descumprir a meta.

Mas a bancada mineira no Congresso faz forte pressão para o presidente Michel Temer aceitar o acordo. Os parlamentares ameaçam retaliar em votação de projetos importantes, como a revisão das metas fiscais de 2017 e 2018. Em 20 de

julho, a ministra-chefe da Advocacia-Geral da União, Grace Mendonça, informou ao relator do processo no STF, Dias Toffoli, que os ministérios da Fazenda, Minas e Energia e Planejamento rejeitaram a proposta de conciliação apresentada pela Cemig. Agora, a empresa volta à carga.

O senador Aécio Neves (PSDB-MG) já se reuniu com o presidente Michel Temer algumas vezes para tentar suspender o leilão. O último encontro com Temer causou desconforto na cúpula do dividido partido tucano. O presidente não deu nenhum tipo de garantia à bancada mineira de que o leilão possa ser cancelado.

Segundo um auxiliar do presidente, o governo busca uma saída jurídica que possa contemplar os parlamentares, mas também não pode prejudicar a equipe econômica, que precisa do dinheiro para compor o saldo fiscal do ano. Temer determinou que a área jurídica encontre uma solução.

A empresa solicita ao STF que conceda uma liminar para paralisar o processo e já recorreu à Justiça também para barrar o leilão das usinas de São Simão, Miranda e Volta Grande.

Decisão. A decisão sobre Jaguará será tomada pelos ministros da 2ª Turma do STF, colegiado composto pelos ministros Edson Fachin, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Celso de Mello e Toffoli. "Diante da taxativa manifestação da União, é de ser mantida a inclusão em pauta do presente feito", decidiu Toffoli, em despacho de 15 de agosto. A participação do ministro Gilmar Mendes ainda é uma dúvida já que sua mulher trabalha no escritório que defende a estatal.

Confiante na vitória no Supremo, o governo já avisou aos investidores interessados em comprar as usinas que vai manter o leilão, apesar da pressão política.

O diretor jurídico da Cemig, Luciano Ferraz, confirmou que a estatal vai tentar o adiamento. O comando da empresa tem reunião marcada para esta segunda-feira na AGU da qual participarão representantes da área econômica. Segundo ele, a Cemig trabalha para conseguir o financiamento e pagar a União. A estatal espera obter os recursos junto ao BNDES.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor: José Goldemberg

Título: Hidrelétricas na Amazônia

Além do árduo trabalho de recuperar as finanças públicas, o atual governo precisa com urgência se dedicar a preparar planos de expansão da infraestrutura que

seria essencial para a retomada do crescimento econômico. Isso significa analisar e avaliar os programas governamentais que deram certo ou errado e aprender com os erros do passado.

A prática de avaliação foi abandonada há tempos no Brasil e foi isso o que permitiu que programas mal formulados como o Ciência Sem Fronteiras e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) fracassassem.

Entre os problemas de infraestrutura mais urgentes a serem equacionados está o do setor de energia elétrica, que foi literalmente desorganizado pela Medida Provisória 579, do governo Dilma, que refletia uma visão estatizante e autoritária do problema. Impor, bruscamente, forte redução de tarifas de eletricidade numa época em que já se delineava uma crise nos reservatórios das usinas hidrelétricas parece insano. Além disso, retomar as concessões vencidas - basicamente "confiscar" usinas pertencentes aos Estados - parece ter sido arquitetado por tecnocratas que nunca construíram ou operaram essas usinas.

A grande expansão da produção da eletricidade no Brasil ocorreu na década de 60 do século 20, por meio da ação da Eletrobrás e de empresas como a Cesp e a Cemig, que atuaram como verdadeiras empresas de desenvolvimento regional. Sem o uso de recursos públicos e empréstimos a longo prazo e juros baixos do Banco Mundial, muitas das hidrelétricas não teriam sido construídas. Mantê-las em funcionamento durante o período da concessão exigiu recursos adicionais. A decisão do governo federal de retomá-las, como foi feito, sem ressarcir os Estados pelos investimentos adicionais feitos ao longo dos anos criou um péssimo precedente.

Cerca de 65% da eletricidade no Brasil é gerada em usinas hidrelétricas de grande porte. Há, ainda, espaço para sua expansão na Região Norte do País, e, se ela não ocorrer, haverá dificuldades em garantir eletricidade para a população brasileira, a não ser que se queimem combustíveis fósseis, o que tem vários inconvenientes, a começar pela emissão dos gases responsáveis pelo aquecimento global. O uso de gás natural em usinas termoelétricas poderá representar uma fonte de energia importante, mas apenas por um período de transição.

Fontes alternativas como a energia eólica, pequenas centrais hidrelétricas, energia foto-voltaica e outras contribuirão, mas sem hidrelétricas o sistema não se mantém em pé. Mesmo que a contribuição da energia eólica, como está ocorrendo, aumente muito, haverá necessidade de armazenar energia quando o vento não soprar ou soprar nas horas erradas. Não é fácil de armazenar grandes quantidades de eletricidade, a não ser nos reservatórios das usinas hidrelétricas, e não serão baterias elétricas apenas que o farão.

O que isso significa é que hidrelétricas com reservatórios vão continuar a ser indispensáveis por muitos anos. Várias organizações ambientalistas, no entanto, têm se oposto frontalmente a essa opção. O argumento principal destes movimentos é o de que os reservatórios das usinas hidrelétricas inundam grandes áreas da Floresta Amazônica, o que simplesmente não é correto.

Só para dar um exemplo, três novas hidrelétricas que se pretendem construir na Amazônia (Sumaúma, Quebra Remo e Inferninho) vão gerar cerca de 1 milhão de quilowatts (suficiente para suprir as necessidades de 2 milhões de famílias), mas inundariam mil quilômetros quadrados. Por outro lado, o desmatamento que está ocorrendo hoje na Amazônia em razão do avanço da fronteira agrícola (legal e ilegal) é de cerca de 8 mil quilômetros quadrados por ano, repete-se todos os anos e já foi de mais de 20 mil quilômetros quadrados por ano 12 anos atrás. A área inundada pelas hidrelétricas citadas acima, que é de cerca de mil quilômetros quadrados, ocorrerá apenas uma vez.

Um outro exemplo é o da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que foi planejada para gerar cerca de 11 milhões de quilowatts no período de vazão máxima das águas, o que só ocorre em menos de seis meses ao ano. Na média, vai gerar 35% dos 11 milhões de quilowatts, apesar do enorme custo das máquinas dimensionadas para gerar o dobro. Além disso, tem um reservatório relativamente pequeno, de 478 quilômetros quadrados (menos de um décimo do que se desmata hoje na Amazônia por ano), ou seja, vai funcionar "a fio d'água", o que significa que será desperdiçada uma grande capacidade de geração de eletricidade. Em lugar de atender às necessidades de 23 milhões de famílias, ela atenderá a um número bem menor. Em contraste, há usinas como Porto Primavera, em São Paulo, que têm reservatório e geram quase 70% do tempo.

O combate ao desmatamento da Amazônia deveria, portanto, se concentrar no avanço da fronteira agrícola, que desmata oito vezes mais, a cada ano, que a construção das três hidrelétricas consideradas acima, que ocorrerá uma única vez.

Desmatar 8 mil quilômetros quadrados por ano para a retirada de madeira, a criação de gado e apenas eventualmente a plantação de soja contribui pouco para a riqueza nacional. Criar reservatórios de água para gerar 1 milhão de quilowatts de eletricidade, como é previsto nas três usinas mencionadas acima, contribuirá para assegurar a milhões de famílias o conforto e as amenidades que a eletricidade produz.

Os ambientalistas que se alarmam com o desmatamento provocado pelas hidrelétricas precisam levar em conta estes fatos. Há escolhas que têm de ser feitas e o interesse do conjunto da população do País deve se sobrepôr a

eventuais danos locais que as hidrelétricas poderão trazer e que terão de ser mitigados e compensados na medida do possível.

PROFESSOR DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, FOI PRESIDENTE DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO (CESP)

VEÍCULO: O Estado de S.Paulo

Seção: Política

Autor: Paula Reverbel e Pedro Venceslau

Título: Encontro de Aécio com Temer causa crise no PSDB

O presidente do PSDB na cidade de São Paulo, vereador Mario Covas Neto, divulgou ontem uma nota oficial criticando a presença do senador Aécio Neves (MG), presidente licenciado da sigla, em reuniões públicas e abriu uma nova crise entre os tucanos.

“A presença de Aécio Neves hoje, em reuniões internas ou públicas, só nos causa desconforto e embaraços. Prove sua inocência, senador, e aí, sim, retorne ao partido”, disse o comunicado. Covas Neto disse também que o único que pode falar em nome do PSDB é o presidente interino, o senador Tasso Jereissati (CE). (...)

PRESIDENTE DO PSDB MUNICIPAL

Vilela, considerou a nota “totalmente fora de propósito”. “Quem fala em nome do PSDB somos todos nós, qualquer coisa diferente disso é censura. Aécio é senador por Minas e se reuniu com o presidente para tratar da Cemig (Companhia Elétrica de Minas Gerais)”, afirmou.

O PSDB de Minas também partiu para o ataque. Seu presidente, o deputado Domingos Sávio, disse: “É muita infelicidade o vereador entrar em assunto que desconhece e que é de importância para os mineiros”. Em nota, Sávio sugere que Covas Neto é figura pouco expressiva dentro do partido.

A assessoria de imprensa de Aécio informou que ele tratou da Cemig no encontro com Temer e que o PSDB é responsável pela estabilidade e a recuperação do País. “Quanto às questões do PSDB, essas são discutidas internamente, sem qualquer participação do governo ou do presidente”. No Twitter, Temer disse que não entra em assuntos de outras legendas. “Teorias da conspiração são assunto de quem não tem o que fazer”, afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Cláudia Schüffner****Título: Petrobras pode receber até US\$ 15 bi por cessão onerosa, diz ex-ANP**

A ex-diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP) Magda Chambriard estima que a União pode ter que devolver entre US\$ 1,5 e US\$ 3 por barril de petróleo adquirido pela Petrobras no contrato da cessão onerosa, firmado em 2010. O volume equivale a um valor entre US\$ 7,5 bilhões e US\$ 15 bilhões, que teriam que ser devolvidos à estatal. A Petrobras pagou US\$ 42,5 bilhões para adquirir 5 bilhões de barris de petróleo sob regime de cessão onerosa em 2010 no processo de capitalização. O contrato prevê a revisão que está sendo finalizada agora.

"Como os preços do petróleo caíram muito e a expectativa do início da produção comercial das áreas atrasou, a Petrobras deve ter um bom valor a receber. Estimo, em função do campos de Lula e da participação especial de Lula, que entre US\$ 1,5 e US\$ 3 por barril equivalente não seria absurdo para o governo bater o martelo retornando esses valores para a empresa", afirma Magda, hoje consultora da FGV Energia.

A ex-diretora diz que a estatal está com a razão na disputa com o governo -sobre quem tem a receber ou a pagar quando for feito o acerto de contas -, mas aponta valor bastante inferior para o total que a Petrobras teria a receber.

O contrato assinado em 2010 permitia que a Petrobras explorasse as áreas de Franco (hoje Búzios), Sul de Tupi (Sul de Lula), Nordeste de Tupi (atual Sépia), Florim (novo Itapu), Sul de Guará (Sul de Sapinhoá) e Entorno de Iara. Considerando que o governo não terá dinheiro para fazer um pagamento desse tamanho, Magda acredita que a Petrobras vá receber o pagamento em petróleo.

"Não seria absurdo pensar em até 2 bilhões de barris equivalentes a mais para a Petrobras", disse Magda ao **Valor**. Os ministérios da Fazenda e do Planejamento têm posição distinta. Consideram que a empresa é devedora do governo.

Dentro de sua visão de que a estatal tem a receber barris devidos pelo governo, Magda acha que devem ser retirados dos volumes adicionais encontrados na área de Búzios, Entorno de Iara, Itapu e Sépia. Denominado como Excedente da Cessão Onerosa (ECO), esse petróleo terá tratamento à parte, sendo explorado em outro regime.

A estimativa dela é que existam entre 10 bilhões e 15 bilhões de barris adicionais nas áreas da cessão onerosa. Esses volumes constam da resolução nº 1 do

Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), de 24 de junho de 2014, que estima existência de excedentes entre 9,5 bilhões e 15,2 bilhões de barris equivalentes. O governo espera que o leilão desse volume excedente, que pode ser realizado em 2018, ajude no resultado fiscal.

A estimativa de Magda para os excedentes acompanha a resolução do CNPE e é maior do que a do atual diretor-geral da ANP, Décio Oddone, que prevê cerca de 5 bilhões de barris equivalentes de petróleo excedentes na região. Oddone afirmou não ver dificuldades para que o excedente seja oferecido em leilão no ano que vem.

Magda considera que a negociação entre a Petrobras e o governo sobre o que fazer com o excedente depende de como será resolvido o contrato original, da cessão onerosa. " Nada pode ser feito sem acordo com a Petrobras, que certamente vai querer ser beneficiada", afirma.

A negociação com a Petrobras será necessária, explica Magda, porque a Resolução nº 1 da CNPE aprovou a contratação direta da estatal para produção de petróleo e gás, em regime de partilha de produção, "dos volumes que ultrapassem os limites contratados sob o regime de cessão onerosa, objeto da Resolução CNPE nº 2, de 1º de setembro de 2010".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Recuperação da Abengoa

Os credores da Abengoa aprovaram na sexta-feira o plano de recuperação judicial da companhia. O plano proposto foi aprovado sem alterações. Como o **Valor** antecipou, o plano prevê o pagamento de cerca de R\$ 2 bilhões - ou 60% - dos R\$ 3,3 bilhões em dívidas da companhia por meio da venda de ativos operacionais. O saldo de cerca de R\$ 1,3 bilhão vai depender da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e do recálculo das receitas das linhas de transmissão ainda em construção, para que possam ser relicitadas dentro da recuperação judicial. A Abengoa está em recuperação judicial desde janeiro do ano passado.

Rosneft na Índia

Um consórcio liderado pela gigante de petróleo russa Rosneft deve anunciar nesta segunda-feira a conclusão de um acordo de US\$ 12,9 bilhões para adquirir a companhia privada indiana do setor de refino e distribuição Essar Oil,

fortalecendo os laços entre o maior produtor global de petróleo e o país com crescimento mais rápido no mercado de combustível. Rosneft terá uma fatia de 49% na Essar e dois investidores, o comerciante europeu Trafigura e um fundo russo UCP, terão os outros 49% em partes iguais. A compra é a maior aquisição estrangeira na Índia. O Essar Oil opera uma refinaria de petróleo de 400 mil barris por dia em Vadinar, na costa oeste da Índia, e vende combustíveis por meio de seus 3 mil postos no país. O acordo também inclui o porto de Vadinar e uma usina de energia associada à refinaria. O negócio, iniciado há cerca de dois anos, ajudará a Rosneft a obter acesso ao crescente mercado de varejo de combustíveis da Índia. A Rosneft e Trafigura são as mais novas empresas internacionais, após Royal Dutch Shell e BP, a entrarem no varejo de combustível indiano.

Ações da Magazine Luiza

A data para a Assembleia Geral Extraordinária em que será votado o desdobramento das ações da Magazine Luiza na proporção de um papel para oito foi alterada de 1º para 4 de setembro. O conselho de administração já aprovou o desdobramento. Não haverá mudança no valor do capital social da Magazine Luiza. Já o número de ações ordinárias representativas do capital social será ajustado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: Chinesa posterga compra de Santo Antonio

A chinesa SPIC Overseas suspendeu a assinatura do acordo de aquisição da hidrelétrica de Santo Antonio, no rio Madeira (RO), por causa do atraso no aumento da garantia física da usina, apurou o **Valor**. A Cemig e a Odebrecht, que compartilham o controle da megausina, pretendiam assinar o contrato de venda no fim deste mês, para que a operação pudesse ser finalizada até outubro.

A chinesa, porém, suspendeu o processo até ter uma sinalização de como ficará a garantia física da usina, que nada mais é que a energia assegurada que o empreendimento tem para vender.

A usina teve autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em julho de 2013 para elevar em 80 centímetros a altura de seu reservatório - e, portanto, da garantia física. Recentemente, o governo rebaixou novamente a garantia física, pelo atraso da hidrelétrica em conseguir uma autorização permanente do governo federal e do Estado de Roraima para a mudança.

Isso significa que, em vez de negociar uma usina com 2.424 megawatts (MW) médios de garantia física e 3.568 MW de potência instalada, a chinesa está negociando a compra de uma hidrelétrica de 2.218 MW médios de garantia física e 3.151,4 MW de potência. A ampliação da cota do reservatório para de 70,5 metros para 71,3 metros foi o que permitiu que o projeto da hidrelétrica aumentasse de 44 turbinas para 50 turbinas.

O Ibama chegou a suspender a autorização da hidrelétrica para operar na cota de 71,3 metros, mas concedeu na semana passada uma nova autorização temporária, até 2019, para que o reservatório voltasse a ser elevado.

A chinesa, porém, quer uma autorização permanente para se comprometer com a compra do ativo, uma vez que o prazo da concessão é de 30 anos.

No fim de julho, a secretaria de planejamento e desenvolvimento energético do Ministério de Minas e Energia (MME) publicou uma portaria reduzindo a garantia física da hidrelétrica.

Na ocasião, a companhia explicou que faltava a conclusão da desafetação da unidade de conservação da usina - processo que se refere à autorização de alagamento da área ocupada pelo reservatório. Segundo a concessionária da usina, apesar de ter realizado todas as tratativas cabíveis com as autoridades e ter obtido autorização da Aneel, a União e o Estado de Rondônia ainda não concluíram as desafetações. A companhia pediu uma liminar para retornar à garantia física anterior, mas o pleito ainda não foi analisado.

Enquanto isso, como há cada vez mais a necessidade de aportes dos sócios na conclusão da usina, o ativo vai ficando mais barato, o que beneficia a estratégia da SPIC Overseas. "A partir do momento em que só esse comprador está no páreo, o tempo beneficia a ele", disse uma fonte com conhecimento da situação.

A Odebrecht tem, entre participações direta e indireta, 28,6% da hidrelétrica, e a Cemig tem 18%. Furnas, subsidiária da Eletrobras, tem outros 39%. Andrade Gutierrez e FI-FGTS têm o restante.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: Com novo sócio e mais enxuta, Renova vislumbra nova fase

Depois de uma reestruturação que reduziu a empresa a menos da metade do que era antes, a Renova Energia, braço de energia renovável da Cemig e da Light, se prepara para uma nova fase, com a entrada de um sócio estratégico.

Diferentemente do que aconteceu há três anos, o processo agora não tem as complicações do acordo firmado com a SunEdison em 2014 e que quase quebrou a companhia de energia renovável. A gestora canadense Brookfield, empresa reconhecida no mundo pela sua atuação no setor, está muito próxima de substituir a estatal mineira Cemig no controle da Renova.

A canadense assinou acordo de exclusividade com a Renova em meados de julho, com duração de 60 dias, e está realizando diligências na empresa.

"Fizemos o dever de casa e preparamos a base e os pilares para que a recuperação da Renova aconteça. A companhia está preparada e estamos neste momento no processo de captação de um sócio estratégico. Eu diria que, de forma pragmática, esse novo ciclo de crescimento acontecerá a partir do momento em que tenhamos o ingresso de um novo sócio na companhia", disse, ao **Valor**, o presidente da Renova, Carlos Figueiredo.

A Brookfield também negocia a compra da fatia de 16% que a Light tem na Renova. Com a capitalização, a tendência é que a Cemig também deixe o controle da companhia. Com um novo sócio capitalizado, a Renova se prepara para voltar a crescer.

Em 2014, a Renova deu um grande passo ao fechar um acordo com a SunEdison para o desenvolvimento de projetos de energia solar no país. Em meados de 2015, a parceria se expandiu, e a empresa renovável acertou a transferência de toda sua carteira de 2,2 gigawatts (GW) de potência vendidos em leilão para a TerraForm Global, que iria abrir capital nos Estados Unidos. O negócio envolvia cerca de R\$ 13,4 bilhões.

O problema é que o pagamento seria em ações da Terraform Global e da SunEdison, que perderam consideravelmente valor desde então. No fim de 2015, o negócio foi desfeito, e a Renova ficou sem condições de se financiar, dependendo de aportes das sócias Cemig e Light, principalmente.

"A Renova se viu nesse ponto de inflexão, com um plano de investimentos bastante elevado e condições macroeconômicas adversas", disse Figueiredo. A companhia revisou seu plano de negócios, e conseguiu descontratar cerca de 1,1 GW de capacidade por meio de negociações bilaterais e também pelo Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD). "Foi um marco importante, porque reduziu a pressão de investimentos da companhia e favoreceu nossa liquidez", disse.

A Renova cortou gastos e aumentou os esforços para ter mais eficiência. "Ao final de 2015, tínhamos 350 colaboradores. Hoje temos 137, e a empresa faz as mesmas atividades", disse o presidente. A companhia também mudou de sede

em São Paulo, para um novo endereço menor. "Nossa cultura hoje é de uma empresa produtiva e eficiente. Mais ágil e flexível".

Além disso, a Renova teve aportes dos sócios (R\$ 280 milhões ano passado e outros R\$ 113 milhões neste ano) e vendeu ativos, com destaque para sua participação remanescente na TerraFormf Global para a Brookfield, que rendeu R\$ 350 milhões para os caixas da companhia. No início do mês, foi concluída a venda do complexo eólico Alto Sertão II para a AES Tietê, por R\$ 600 milhões.

A maior parte dos recursos foi utilizada no pagamento de dívidas e debêntures na holding. "A venda dos ativos teve papel fundamental para esse momento de reconstrução da companhia", disse Figueiredo.

Agora, a Renova negocia com a Engie a venda do projeto de energia eólica de Umburamas, que ainda está em desenvolvimento. O projeto tinha um contrato de compra de energia (PPA) de longo prazo, mas a empresa aproveitou uma rodada do MCSD para descontratar permanentemente o projeto, já que não tinha como investir para executá-lo. Como a Engie tem outro complexo eólico em implantação na região, eles podem adquirir o projeto para ampliar seu próprio ativo, vendendo a energia no mercado livre.

A prioridade da Renova é terminar a construção de Alto Sertão III, que terá 437 MW de potência e está com 87% das obras concluídas. Ao final desse projeto, a companhia terá 647 MW operando e gerando caixa.

Voltar a crescer deve ficar para depois. A companhia pretende habilitar alguns projetos de geração de energia para os leilões previstos para dezembro. "A nossa participação será outra decisão, vai depender de financiabilidade e preço. Mas estamos nos movimentando para cumprir o cadastramento", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: AF Consult quer sair de Angra 3 e pede ressarcimento de R\$ 30 milhões

Um novo problema envolvendo um contrato relativo à construção da usina nuclear de Angra 3 pode onerar ainda mais o consumidor de energia e os acionistas da Eletrobras, dona da Eletronuclear. O grupo escandinavo AF Consult, responsável pela prestação de serviços de engenharia técnica especializada para o primeiro pacote eletromecânico associado ao reator da usina, notificou, na sexta-feira, a Eletronuclear sobre o pedido de rescisão amigável do contrato, no valor de R\$ 162 milhões.

A companhia decidiu pela medida após receber o terceiro pedido consecutivo da estatal de suspensão do contrato por um período de 120 dias, o que totaliza um ano de suspensão do serviço. A medida gera custos à AF Consult, que não pode desmobilizar suas atividades, e, ao mesmo tempo, não é remunerada pela estatal.

"A situação é insustentável tanto pelo não recebimento [de valores previstos em contrato] quanto pela falta de perspectiva futura de retomada da obra", diz André Costa, advogado que representa a AF Consult no caso. As obras de Angra 3 estão suspensas desde setembro de 2015 e dependem de aprovação do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) de um novo modelo econômico para serem retomadas.

Na notificação, a escandinava pede ressarcimento de R\$ 30 milhões, referente a danos diretos por verbas não pagas e custos advindos da paralisação, de aproximadamente R\$ 14 milhões, e danos relativos à rescisão do contrato, da ordem de R\$ 16 milhões.

O custo para a Eletronuclear, porém, deve ser ainda maior. Além do ressarcimento pedido, a empresa já desembolsou R\$ 55 milhões relativos ao contrato. E, caso a rescisão seja de fato cumprida, a estatal terá que refazer um processo licitatório e realizar um novo contrato a partir do zero. Segundo a notificação, a Eletronuclear tem prazo de 30 dias para se manifestar. Em seguida, há mais 60 dias para que a AF Consult possa acionar arbitragem internacional, caso não haja acordo com a estatal.

A AF Consult também solicitou que o Tribunal de Contas da União (TCU) participe da negociação da rescisão amigável ou, pelo menos, acompanhe o processo, para evitar questionamentos pelo órgão posteriormente.

A multinacional de origem escandinava, que possui faturamento anual da ordem de € 1,4 bilhão (cerca de R\$ 5,2 bilhões) e atua em 35 países, se viu no meio do furacão da Lava-Jato, a partir da operação Radioatividade, em junho de 2015, que culminou com a prisão do ex-presidente da Eletronuclear Othon Pinheiro. Segundo Costa, o contrato da AF Consult está sendo investigado pelo TCU, que, não encontrou irregularidades e permitiu a sua continuidade.

A companhia também foi afetada, indiretamente, porque o contrato com a Eletronuclear exigia a subcontratação de empresa brasileira para realizar o serviço em conjunto, como estratégia do governo de transferência de tecnologia. A subcontratada foi a Engevix, envolvida na Lava-Jato e declarada inidônea pelo TCU em junho.

Segundo Costa, em relação ao contrato da AF Consult, não foi identificada irregularidade com a Engevix. No entanto, a brasileira perdeu a capacidade de

investimento e de atuação, devido às consequências da Lava-Jato. Com isso, em 2015, a AF Consult substituiu a Engevix pela AF Consult do Brasil, controlada pelo grupo escandinavo em parceria com a Argeplan Arquitetura, empresa do coronel aposentado da Polícia Militar João Baptista Lima Filho, ligado ao presidente Michel Temer e que foi alvo da Operação Patmos, deflagrada em maio pela Polícia Federal.

De perfil discreto, a AF Consult decidiu não se manifestar sobre os casos relativos à Lava-Jato, na época da deflagração da Patmos. Para o advogado da empresa, o contrato com a Eletronuclear é regular e o questionamento com a estatal é de ordem econômica. "Isso tudo [suspensão do contrato] vai para a conta do 'custo Brasil'. A empresa se vê nessa questão midiática, quando, na verdade, investe no Brasil", disse, acrescentando que a companhia não tem "nada contra" a Eletronuclear. "É uma questão objetiva de não termos mais como prosseguimento ao contrato."

Em nota, a Eletronuclear informou que foi notificada pela AF Consult da rescisão do contrato, "que, na realidade, já estava suspenso e com o respectivo aditivo declarado nulo". "Esta notificação da AF Consult simplesmente reflete decisão da diretoria, homologada pelo conselho de administração da Eletronuclear, que instaurou uma auditoria especial, ora em andamento, para a determinação dos direitos e obrigações das partes e consequente efetivação da rescisão contratual", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás

Título: Preço do minério atinge maior alta em quatro meses

Em trajetória ascendente durante a maior parte dos dias desde a mínima em 13 de junho, de US\$ 53,36 - a cotação subiu em 64% das oportunidades -, o minério de ferro atingiu na sexta-feira seu maior patamar em mais de quatro meses. Os preços do produto com teor médio de 62%, entregue no porto chinês de Qingdao, subiram 3,4%, para US\$ 77,94 a tonelada, segundo a "Metal Bulletin". Desde 6 de abril o valor não era tão alto.

Apesar de a produção de aço na China - maior consumidora de minério no mundo - seguir forte e a economia não dar sinais de reversão do crescimento ainda alto, analistas creem que a atividade chinesa já começou a se desacelerar principalmente nos setores que mais consomem a commodity. Por isso, há um quase consenso de que a cotação atual da matéria-prima encontra-se alta demais.

Mesmo assim, a performance registrada até aqui pode fazer com que o terceiro trimestre traga balanços ainda benéficos para as principais produtoras.

No acumulado de 2017, o minério ainda cai 1,2%, mas só em agosto o avanço é de 5,8%. Além disso, no trimestre até agora, a média de preços é de US\$ 69,96, o que representa valorização de 11,1% ante o apresentado entre abril e junho e alta de 19,9% na comparação anual.

"Muito provavelmente esse nível não poderá se sustentar além do terceiro trimestre", opina o UBS em relatório enviado a clientes. "A atividade mais forte da construção na China e a falta sazonal de oferta das exportações indianas por conta das monções devem deixar de ser tão importantes no quarto trimestre e em 2018, derrubando os preços."

Para o banco suíço Julius Baer, os números de julho já mostram que tanto a formação bruta de capital fixo quanto o mercado imobiliário, sinais importantes de consumo do minério, começaram a perder ritmo no gigante asiático. A instituição crê que grande parte do repique, mais forte nas últimas semanas, foi puxada pela especulação no mercado futuro.

"O sentimento mais otimista [dos mercados] para metais deve esfriar e pesar sobre os preços, trazendo-os para níveis mais justificados por fundamentos", escreve o analista Carsten Menke, do Julius Baer, em relatório.

A consultoria Capital Economics, por sua vez, diz que há grandes chances de o arrocho monetário da China reduzir a atividade econômica já nos próximos meses. Isso minguariá o consumo e o preço de matérias-primas, incluindo o minério.

Ainda na visão do UBS, bem provavelmente a faixa de estabilização para a commodity ficará de US\$ 50 a US\$ 55 no longo prazo, dando conta dos maiores volumes de oferta ao longo dos anos e uma demanda ainda fragmentada, além da normalização de resultados das mineradoras e o investimento em novas minas para compensar o esgotamento de operações já existentes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos

Título: Clealco finaliza acordo para reestruturar dívida

O grupo Clealco, dono de três usinas sucroalcooleiras em São Paulo, concluiu na quinta-feira um acordo com seus credores para reestruturar R\$ 1 bilhão em dívidas, conforme apurou o **Valor**.

A operação permitirá desafogar a empresa das obrigações financeiras que venciam no curto prazo (em até 12 meses), que representam aproximadamente R\$ 600 milhões da dívida total. A reestruturação teve a consultoria da Pantalica Partners.

Uma parcela de 70% de todo o passivo foi renegociada com Itaú, Rabobank e Santander. A dívida com esses bancos começará a ser paga somente a partir de março de 2019, e as parcelas serão crescentes até a safra 2023/24.

Os créditos acertados em dólar com essas instituições financeiras têm um custo atual de 6,5% ao ano, enquanto o valor em reais têm custo atrelado ao CDI mais 3%. O custo da dívida total está em 10%.

Uma outra parcela da dívida já havia sido renegociada em julho com outros sete bancos. Pelo acordado na ocasião, a Clealco pagará a essas instituições R\$ 180 milhões com prazos de três a cinco anos e um ano de carência.

Os outros R\$ 120 milhões da dívida referem-se a empréstimos contratados no BNDES nas linhas do Prorenova, de renovação de canaviais, e do Finame, para a aquisição de máquinas e equipamentos.

No acordo fechado com os credores, a Clealco também se comprometeu a vender fazendas para garantir a amortização de parte da dívida. Devem ser vendidos 12 mil hectares, e a expectativa é levantar até R\$ 400 milhões. As terras estão localizadas na região de Araçatuba, que fornecem cana para as usinas de Queiroz e Clementina.

Em seu último balanço, a empresa informou que o recurso a ser obtido com essas vendas não seria totalmente destinado ao pagamento das dívidas. Do total, 40% seria destinado para recompor o capital de giro da companhia.

A Clealco vem renegociando suas dívidas desde fevereiro, quando entrou com um acordo de suspensão de cobranças com os credores ("stand-still").

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Francisco Góes e Victor Aguiar

Título: Conselho da Vale vai avaliar nova conversão de ações

A diretoria da Vale decidiu submeter ao conselho de administração da mineradora nova proposta de conversão de ações preferenciais (PNA) em ordinárias (ON) da companhia. A nova fase da conversão busca atrair as 307.140.096 de ações preferenciais remanescentes que não aderiram à primeira

operação, encerrada dia 11 deste mês, quando a Vale conseguiu a adesão de 84,4% das PNAs. Nessa nova etapa, a relação de troca será a mesma: 0,9342 ação ordinária por uma ação preferencial.

O conselho da Vale deve deliberar sobre a proposta, que vai exigir a convocação de assembleia geral de acionistas da mineradora. A assembleia irá votar a conversão das preferenciais remanescentes em ONs. Será realizada também, no mesmo dia, uma assembleia especial de preferencialistas. Uma assembleia será realizada na sequência da outra em data a ser definida. Os preferencialistas dissidentes da conversão das ações remanescentes terão o direito de retirar-se da companhia pelo valor patrimonial da ação.

O direito de retirada só deve ser exercido caso o valor patrimonial estiver acima do preço da ação no mercado, o que não é o caso no momento. A Vale já disse que não pretende usar recursos próprios para comprar ações. O esforço da diretoria da Vale, com o apoio do conselho de administração, é acelerar a migração da empresa para o Novo Mercado da B3. Os sócios controladores assinaram um novo acordo de acionistas que já preenche os requisitos para essa migração, mas falta conseguir a conversão das ações remanescentes, equivalentes a 15,6% do total de PNAs.

MME / ASCOM